

PP 083/2020 - Impugnação

Licitação <licitacao1@zagonel.com.br>

Ter, 01/12/2020 11:03

Para: Eduardo C. Sampaio <gsup@daae-araraquara.com.br>

📎 8 anexos (9 MB)

DAAE Araraquara SP.pdf; ANEXO I - Memorando LED COB ou SMD v2 Professor.pdf; ANEXO II - CREE COB Informacao.pdf; ANEXO III - CREE Analysis of Zagonel Street Light.pdf; ANEXO IV - CREE 200LPW COB Streetlight Reference Design.pdf; ANEXO V - Declaração de Aterramento.pdf; Contrato Social - 14ª Alteração.pdf; Procuração com chave 04.11.2020.pdf;

Processo DAAE nº	7850/2020
Recebido por	Allysson
Ass.	
Data	01 / 12 / 2020

Bom dia Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, nos servimos deste para respeitosamente, encaminhar Impugnação ao edital de Pregão Presencial nº 083/2020.

Considerando a situação emergencial de saúde pública que vivência o País decorrente do Coronavírus (COVID-19), que afeta de sobremaneira a operação de serviços não essenciais e respectivamente o contingenciamento da mão-de-obra a nível Nacional, se mostra imperioso que a presente impugnação seja aceita exclusivamente por meio eletrônico (e-mail).

Ainda, é de suma salientar que o excesso de formalismo não pode ir de encontro ao Princípios basilares do direito Administrativo, senão o da Legalidade, ampla concorrência e da vantajosidade, o que ocorre ao não aceitar as impugnação, que não sejam protocoladas perante o departamento de Compras e Licitações do município, visto que acaba por impedir que os interessados que residem em outros Municípios e Estados, possam exercer o direito assegurado na Lei 8.666/93.

Vale lembrar ainda que a doutrina abalizada entende que **não existem regras formais sobre o modo de encaminhamento da impugnação e o que o direito de petição do particular, poderá ser exercido por qualquer via, não podendo a Administração se recusar a receber impugnação formula por escrito de forma tempestiva(...).** (TCU, Acórdão nº 2.632/2008 – Plenário, Rel Min. Marcos Bemquerer Costa, julgado em 19.11.2008.) (g.n)

Deste modo, importante observar que a impugnante está localizada na cidade de Pinhalzinho, Santa Catarina.

Assim sendo, solicitamos que a presente impugnação ao edital seja recebida e acatada na forma eletrônica, preservando nosso direito líquido e certo de participar desta licitação em igualdade de condições com todos os demais proponentes e interessados.

Certa de vossa compreensão, desde já agradecemos e ficamos no aguardo da confirmação de recebimento.

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO.

Atenciosamente,

Luize de Oliveira
Dpto. de Iluminação Pública

+55 (49) 3366-6000
+55 (49) 98827-9482
www.zagonel.com.br

+55 (49) 99952-0032

Zagonel
Tecnologia eficiente

@eletrozagonel

f i l y w



Feliz Natal
e próspero ano novo!

Que este Natal e todos os dias do próximo ano sejam brilhantes de alegria e iluminados de amor, e que lhe sejam concedidos banhos de sucesso e prosperidade todos os dias!

Boas Festas!

Férias coletivas de 23/12/2020 a 05/01/2021

Zagonel
Tecnologia eficiente



**Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, Equipe de Apoio e Procurador do DAAE –
Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, Estado de São Paulo**

Edital de Pregão Presencial nº 083/2020

Objeto: “Registro de preços para contratação de empresa especializada para substituição da iluminação existente para o novo sistema de iluminação com tecnologia LED, nos próprios do DAAE localizados na área urbana e rural do Município e Distrito de Bueno de Andrada, com fornecimento de todo material, conforme especificações constantes nos anexos do edital.”

ELETRO ZAGONEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 282, Km 576, Distrito Industrial Pinhal Leste, Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.365.223/0001-54, vem tempestivamente apresentar,

IMPUGNAÇÃO

ao edital em epígrafe, com fulcro no parágrafo 2º do artigo 41 da Lei nº 8.666/93, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I - DA LEGALIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.

Considerando que o pedido de “Impugnação ao Edital” é o ato de contestar as cláusulas editalícias que divergem dos princípios constitucionais e basilares contidos no ato convocatório, tendo como amparo legal tão somente na legislação vigente, artigo 12º do Decreto nº. 3.555 de 08 de agosto de 2000, que institui normas para licitações e contratos, artigo este que além de trazer a formalidade do direito à impugnação, também traz a formalidade quanto ao prazo tempestivo, senão vejamos:

Decreto nº. 3.555/2000

Art. 12º Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Grifo nosso.

Desta forma, a sessão pública do processo licitatório em tela está prevista para o dia **04 de Dezembro de 2020**, e o prazo máximo para apresentação de impugnação finda-se no dia **02 de Dezembro de 2020**, o que torna a presente, tempestiva.

II- DOS MOTIVOS E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

Ao realizar a análise das cláusulas e condições para participação no pleito em tela, **identificamos pontos que geram incertezas**, merecedores de análise e revisão por esta ilustre Administração.

Com objetivo de trazer maior clareza na execução deste processo licitatório, a fim de que se cumpra os Princípios Administrativos basilares, indispensável se faz a atenção aos preceitos trazidos pela Constituição Federal, bem como pela Lei nº 8.666/93 que norteia as normas acerca dos procedimentos licitatórios.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 37º A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade**, moralidade, publicidade e **eficiência**.

Grifo nosso.

Assim, visando o fiel cumprimento do Princípio da Legalidade e dos demais Princípios correlatos, as normas que regem o procedimento licitatório devem ser cumpridas de objetiva, principalmente no que se refere às diretrizes voltadas para a realização da lisura de um processo que seja garantido seu caráter competitivo, e que vede a inclusão de condições que possam vir a frustrar esta competitividade, conforme preconiza o artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º, § 1º É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º ao 12º deste artigo e no Art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Grifo nosso.

Nesse sentido temos ainda que:

A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação. (Acórdão 2407/2006, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler)

Grifo nosso.

Sendo assim esta impugnação não visa apontar erros ou equívocos, mas sim oportunizar que esta Administração não infrinja o Princípio basilares Administrativos, especialmente aos Princípios da **Ampla Concorrência, Legalidade e da Igualdade.**

Assim sendo, deste ponto em diante iremos transcorrer com nossos apontamentos a respeito das especificações merecedoras de análise e revisão, as quais referem-se:

1. Da Exclusividade do LED HIGH POWER;
2. Da Tensão de Operação;
3. Do Protetor de Surto – DPS;
4. Da Garantia das Luminárias.

1. DA EXCLUSIVIDADE DO LED HIGH POWER

Ao discorrer as características técnicas das luminárias de LED no edital licitatório, denota-se a exigência de luminárias em LED HIGH POWER.

Todavia, referida exigência, se mostra totalmente descabida e desarrazoada, visto que refere-se a tecnologia SMD. Assim, a tecnologia SMD E COB, tratam-se de conceitos de fabricação distintos, não podendo afirmar em hipótese alguma que um item

é superior ao outro, visto que o mesmo fabricante que produz um LED SMD, é o mesmo que produz LED COB.

Além disso, é imprescindível saber que o que realmente influencia na qualidade do LED é a condição em que a luminária é fabricada, os itens utilizados, e principalmente o uso de LEDs que são desenvolvidos por fabricantes de renome mundial; não cabendo assim, este sendo de julgamento, que possui como justificativa, argumentos sem qualquer fundamento.

Ainda, frisa-se que o LED COB também possui internamente LEDs associados em série e paralelo bem como os SMDs de algumas luminárias. Desta forma, também podem existir falhas em alguns LEDs internos ao COB e o restante continuar em perfeito funcionamento.

Outrossim, é de suma salientar que o circuito que alimenta os LEDs COB da fabricante Zagonel, por exemplo, possuem controle de corrente elétrica; permitindo assim uma enorme qualidade de energia o LED e garante que o LED COB atenda a vida útil projetada.

No mesmo passo, o gerenciamento térmico do LED COB está condicionado a qualidade e capacidade do fabricante em atender todos os requisitos térmicos e produtivos para que este LED esteja sempre em temperaturas inferiores as ensaiadas no procedimento LM80. Com um gerenciamento térmico adequado a vida útil será igual ou superior a projetada.

Além disso não se pode olvidar que o LED SMD possui suas limitações se o produto produzido com LED SMD se utilizar de uma placa de circuito com baixa condutividade térmica, este terá a vida útil do seu LED comprometida também.

Por esta razão, diante de todo o exposto, claro se mostra que a indicação da vedação a uma tecnologia de LED, é totalmente equivocada e injustificável, buscando tão somente ceifar a competitividade e ampla concorrência do certame.

Ademais, a Associação Brasileira da Indústria de Iluminação – ABILUX, em sua cartilha que versa sobre orientações gerais para usuários sobre luminárias de LED, fornece as informações mínimas a serem utilizadas em licitação que definem a escolha

de um bom produto, com qualidade e garantia não faz nenhum tipo de restrição ou vedação a utilização de tecnologias do tipo COB ou SMD.

Corroborando a isso, Com a intenção de sanar todas as dúvidas com relação a tecnologia de encapsulamento tipo C.O.B (Chip On Board), para aplicação na iluminação pública, apresenta-se também os demais documentos anexos que aduzem acerca do LED tipo C.O.B como uma perfeita opção em iluminação pública, assim temos:

ANEXO I – MEMORANDO DO LABORATÓRIO GEDRE

O memorando é assinado pelo doutor em Engenharia, *Marco Antônio Dalla Costa*, que é professor responsável pelo GEDRE, laboratório da Universidade Federal de Santa Maria, especializado em inteligência em iluminação.

Em linhas gerais o professor nos traz em seu memorando que a escolha da tecnologia não é responsável nem pela vida útil do produto e nem por sua eficiência. O que define a vida útil e eficiência do produto são as condições de uso, que são projetadas e posteriormente verificadas, podendo ser alcançadas satisfatoriamente tanto no led C.O.B quanto no S.M.D.

ANEXO II – INFORMATIVO CREE

O informativo é assinado por *Edward Steinke*, engenheiro de aplicação da **CREE, que é fabricante mundial de LEDs para aplicação de iluminação pública, tanto na tecnologia SMD quanto COB**, sendo inclusive detentora de umas das cadeiras que revisam a normativa LM80.

O informativo destrói as justificativas falaciosas e incorretas contra a utilização do C.O.B para aplicação de iluminação pública, tais como:

- 1) Prejuízo no gerenciamento térmico.
- 2) Rápida depreciação lumínica.
- 3) Difícil controle de ofuscamento.
- 4) Facho direcionado e pontual.
- 5) Incompatibilidade química.

ANEXO III – RELATÓRIO DE ENSAIO, REALIZADO PELA CREE, DO PRODUTO ZAGONEL

Nesse documento a CREE, fabricante mundial de LEDs, SMD e COB, traz os resultados obtidos em seu laboratório oficial (TEMPO), localizado na cidade de Durham na Carolina do Norte, de um dos produtos de iluminação pública da Zagonel que utiliza a tecnologia COB. O relatório é assinado por Calvin Galberth, gerente de engenharia aplicada da CREE.

ANEXO IV – ARTIGO CREE: “Possibilitando projetos de alta eficiência para iluminação viária com led CREE”

Nesse artigo a CREE mostra o desenvolvimento de um produto conceito para iluminação pública com 172 lm/W efetivos, utilizando LED COB sob a seguinte justificativa:

"Cree's ceramic-based XLamp® chip-on-board (COB) LEDs (CXA2 Family) were chosen for this design because they offer the right combination of efficacy, light output and affordability"

Em uma tradução livre, a CREE escolheu o led COB por oferecerem a combinação certa de eficácia, fluxo luminoso e acessibilidade.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATERRAMENTO

Essa declaração é um documento da própria Zagonel que traz detalhes sobre as condições de aterramento do produto e como se relaciona com a garantia contra defeitos de fabricação.

É oportuno citar que o sistema de distribuição secundário de energia é normalizado com sistema estrela com neutro firmemente aterrado, ou seja, todos os transformadores têm neutro e instalações de medições com neutro firmemente aterrado, além de aterramento de para-raios em e é comum entre postes padronizados.

Sendo assim, a restrição de competição de um tipo de tecnologia sem o devido fundamento técnico legal e condizente mostra-se contrário e ilegal, conforme vê-se:

A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação. (Acórdão 2407/2006, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler)

Grifo nosso

Diante do exposto, o ato convocatório deve ser reanálise a fim de que seja aceito luminárias com tecnologias que se utilizam de LED de todos os tipos, sendo SMD e COB, visando o atendimento da ampla concorrência e a aquisição de um produto de alta qualidade, e que atenda os interesses da Administração.

2. DA TENSÃO DE OPERAÇÃO

O ato convocatório requer que a tensão das luminárias seja de 90 a 265 Vac.

Todavia referida exigência é totalmente restritiva e descabida, haja vista que esse nível de tensão estar muito além daquilo que é determinado como nível crítico de fornecimento pela ANEEL, conforme módulo 8 do PRODIST mostrado abaixo:

Tabela 4 – Pontos de conexão em Tensão Nominal igual ou inferior a 1 kV (220/127)	
Tensão de Atendimento (TA)	Faixa de Variação da Tensão de Leitura (Volts)
Adequada	$(202 \leq TL \leq 231) / (117 \leq TL \leq 133)$
Precária	$(191 \leq TL < 202 \text{ ou } 231 < TL \leq 233) / (110 \leq TL < 117 \text{ ou } 133 < TL \leq 135)$
Crítica	$(TL < 191 \text{ ou } TL > 233) / (TL < 110 \text{ ou } TL > 135)$

Figura 2 - Tabela 4 do Módulo 8 do PRODIST ANEEL, pág.42

Assim, há de se considerar que as luminárias são componentes monofásicos (127Vac), e que o limite **inferior** para o **NÍVEL PRECÁRIO** de tensão (em RMS) seria de **110 Volts** e para o limite superior, o **NÍVEL PRECÁRIO** de tensão (em RMS) seria de **135 Volts**.

Por esta razão, mesmo que as luminárias sejam conectadas entre fase e fase (220Vac), o limite **inferior** para o **NÍVEL PRECÁRIO** de tensão (em RMS) seria de **191 Volts**. Para o limite superior, o **NÍVEL PRECÁRIO** de tensão (em RMS) seria de **233 Volts**.

Neste contexto, cumpre destacar que, fabricantes nacionais como a Marca Zagonel, que fabricam a luminária e também desenvolvem o dispositivo de

controle de alimentação dos LEDs (driver), projetam a faixa de alimentação (100 a 250 Vac) para atender ao mercado nacional, baseado nas normativas da ANEEL, que abrange, sem exceções, a todo território nacional.

Desta forma, claramente conclui-se que, a faixa de tensão nominal das luminárias LED da marca ZAGONEL atendem com folga aos níveis precários de tensão nominal exigidos pela ANEEL, ou seja, níveis que as concessionárias de energia são penalizadas pela ANEEL caso atinjam.

Depreende-se também, que não há vantagem alguma para Administração pública exigir faixas nominais superiores de: 110 à 233 Vac (em RMS).

Assim, requer-se o posicionamento da Administração e consequente retificação da tensão exigida, considerando as exigências da ANEL e o pleno atendimento por luminárias que possuem tensão de 100 a 250 Vac, a fim de que não haja VIOLAÇÃO dos Princípios basilares do Direito.

3. DO PROTETOR DE SURTO - DPS

Outra exigência editalícia que merece análise e adequação é a de que a luminária deverá possuir protetor de surto de "10kV / 12 kA".

Todavia, embora a portaria Nº 20/2017 do INMETRO não estipule **os níveis mínimos de tensão (kV) e corrente (kA)** - características do DPS, há que se observar que atualmente é utilizado pela grande maioria fabricantes e empresas conceituadas, a proteção contra surto de 10kv/10ka.

A.10 Dispositivos de Proteção Contra Surtos de Tensão (DPS)

A luminária com tecnologia LED deverá possuir um dispositivo de proteção contra surtos de tensão.

Anexo I – portaria nº 20/2017 INMETRO

Se não bastasse isso, é de suma destacar que se mostra totalmente desnecessária **referida exigência pois não agrega funcionalidade substancial ao produto.**

Logo, o mercado possui inúmeros produtos que tem condições de oferecer

melhor e maior proteção conta surtos, e que são representados por produtos de **10kV/10kA, que possuem a plena observância à segurança jurídica e a proposta mais vantajosa; e qualquer exigência superior a esse nível energético, terá o único e exclusivo condão de restringir a número limitado de fabricantes.**

Por esta razão, imprescindível se faz a reanálise da referida exigência, a fim de que não haja o cerceamento dos Princípios basilares do Direito Administrativo, tais como da Competitividade, Ampla Concorrência, Proposta mais Vantajosa, Isonomia, entre outros.

4. DA GARANTIA DAS LUMINÁRIAS

O edital em tela embora solicite a garantia do produto, exige que esta seja declarada para o período de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Todavia, a norma vigente é clara ao dispor acerca da garantia a ser fornecida para as luminárias de LED, ou seja, que a mesma seja concedida por pelo menos 60 (sessenta) meses, conforme vejamos:

Portaria nº. 20/2017 – Inmetro

ANEXO I-A – REQUISITOS TÉCNICOS PARA LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA QUE UTILIZAM TECNOLOGIA LED

A.1.2 - O folheto de instruções deve apresentar adicionalmente às marcações previstas na ABNT NBR 15129, as seguintes informações: (...)

k) garantia do produto, a partir da data da nota de venda ao consumidor, sendo, no mínimo, de 60 meses;

Grifo Nosso.

Ainda, vale observar que o período de garantia referido em normativa, de 60 meses, é o oferecido pela maioria dos fabricantes nacionais, considerando ainda que, é importante que o edital se adeque, além da conformidade com as normativas, ao mercado nacional e o que ele oferece, a fim de que referida exigência resguarde a segurança jurídica da Administração Municipal.

III- DO PEDIDO

Por todo exposto, resta claro a necessidade desta municipalidade adequar as especificações técnicas do produto/ Termo de Referência, constando as especificações de acordo com as normas vigentes.

Assim, para que não se consolide um processo licitatório com vícios e consequentemente traduza para uma decisão equivocada, podendo trazer prejuízos para esta Administração, esta **Impugnante**, requer que seja:

- ♦ Acatado nossos apontamentos, a fim do solicitado estar em consonância a norma;
- ♦ Realizado todos os ajustes legais e cabíveis no ato convocatório em tela diante de todos os vícios apontados.

E, é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que esperamos a total procedência dos pedidos expostos.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Pinhalzinho/SC, 01 de Dezembro de 2020.



Luiz G. Giacomolli de Oliveira
Setor de Licitações
Eletro Zagonel LTDA.

81.365.223/0001-54
ELETRO ZAGONEL LTDA
Rodovia BR 282, Km 576
DISTRITO INDUSTRIAL PINHAL LESTE
CEP 89870-000

PINHALZINHO - SC



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



Protocolo DAAE nº 7.850 de 01/12/2020

Requerente: ELETRO ZAGONEL LTDA

Ref.: Impugnação ao Edital

Licitação: Pregão Presencial nº 083/2020 –
Processo DAAE nº 6.936 de 23/10/2020

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para substituição da iluminação existente para o novo sistema de iluminação com tecnologia led, nos próprios do DAAE localizados na área urbana e rural do município e Distrito de Bueno de Andrada, com o fornecimento de todo material, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

Data de Abertura: 04/12/2020 às 10h00min

Valor Estimado: R\$ 1.174.977,00 (Um milhão, Cento e Setenta e Quatro mil e Novecentos e Setenta e Sete Reais)

A Gerência de Manutenção Eletromecânica

Vimos pelo presente apresentar as razões de impugnações formulada pela Requerente.


Em síntese, a requerente solicitada a análise e revisão dos seguintes pontos:

1. Da exclusividade do LED HIGH POWER;

2. Da Tensão de Operação;
3. Do Protetor de Surto – DPS;
4. Da Garantia das Luminárias.

Encaminhamos o presente expediente para manifestação desta impugnação, no mais breve período considerando que a sessão pública está marcada para o dia 04/12/2020.


Andrews Wesley de Oliveira
Unidade de Compras e Licitações
Coordenador - Matr. 1470
01/12/2020


Segue anexo registro
ao ponto levantado.


Cícero da Costa Rocha
Unidade de Manutenção Elétrica
Coordenador - Matr. 845
01/12/2020

Araraquara, 01 de dezembro de 2020.

Ao Sr. Andrews

Unidade de Compras Diretas e Licitações

1) Do Led Hight Power

Será mantido a tecnologia SMD por inúmeros benefícios, entre eles:

- LED de alta eficiência, que garante alto desempenho;
- Fluxo luminoso constante em toda faixa de tensão de alimentação da rede;
- LED com certificação
- Expectativa de vida superior a 25.000 horas¹ a L70;
- Pode ser utilizada com sensor de presença, pois permite altíssimo número de acendimentos (>1.000.000);
- Não desbota objetos (não emite ultravioleta);
- Não aquece o ambiente (não emite infravermelho);
- Excelente gerenciamento térmico que garante a vida útil de todos os componentes da lâmpada.

Não foi levado em consideração a tecnologia COB pelas seguintes razões:

- Pior controle óptico: para utilização em projetos diversos e principalmente em iluminação pública, existe a necessidade de se fazer as distribuições longitudinais verticais de intensidade luminosa contida em planos verticais do tipo curta/mediana/longa, bem como as distribuições transversais de intensidade luminosa tipo I/II/III/IV, e faz-se necessário o controle de distribuição de intensidade luminosa no espaço acima dos cones de 80° e 90° sendo, totalmente limitada / limitada / semi-limitada / não limitada.
- Com a utilização do COB estes itens acima descritos, sempre ficam de maneira insatisfatória no projeto desenvolvido, devido ao ângulo de emissão de luz desta tecnologia.
- Multi Chip - Chip On Board: em um pequeno espaço físico são posicionado vários chips, para formação do COB, isto ocasiona várias consequências, como condições térmica desfavorável, dificuldades para manter adequada distribuição óptica e outras.
- Pior controle térmico: tratando-se de chip On Board, no qual temos muita potência em pequeno espaço físico, seria necessário desenvolver com elevada dissipação térmica do material para esta finalidade, sendo difícil

conseguir dimensionais compactos da luminária para finalidade de iluminação pública.

- Limitação de evolução tecnológica: como o estado da arte, em termos de pesquisa e desenvolvimento a nível mundial está focado em LED High Power, a evolução tecnológica para o LED COB certamente é muito lenta.

Inúmeros fabricantes fornecem a tecnologia MCPCB, como Tecnowatt, Philips, Schreder, Ilumatic, Reeme, Repume, Unicoba, ConexLED, Demape entre outros, portanto descaracterizando qualquer restrição por conta da tecnologia.

2) Da Tensão de Operação

A tensão de operação de 90V a 265V – 50/60 Hz , será mantido pois atende as maiorias de tensões dos fabricantes e também es atende a faixa de operação estabelecida pela ANEEL. Se produto suportar a tensão de 90 a 265 V melhor para o departamento e se esta na faixa estabelecida pela ANEEL também atende ao exigido.

3) Protetor de Surto DPS.

Será mantido os módulos de alimentação eletrônicos (driver) com proteção contra surto de tensão para 10KV/12KA atendido pelos fabricantes com leds High Power garantindo maior proteção ao equipamento.

4) Da Garantia das luminárias

Será mantida as garantias de 3 a 5 anos para todo fornecedor que atendas as especificações Técnicas para luminárias Led. **Obs: manter apenas 5 anos reduziria a ampla participação de outros fabricantes.**



Cícero da Costa Rocha

Coordenador de Manutenção Elétrica



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2020
EDITAL Nº 095/2020
PROCESSO DAAE Nº 6.936 DE 23/10/2020

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para substituição da iluminação existente para o novo sistema de iluminação com tecnologia LED, nos próprios do DAAE localizados na área urbana e rural do município e Distrito de Bueno de Andrada, com o fornecimento de todo material, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: ELETRO ZAGONEL LTDA
CNPJ/MF nº 81.365.223/0001-54
BR 282 km 576 Distrito Industrial Pinhal Leste
CEP: 89.870-000 – Pinhalzinho/SC

DA IMPUGNAÇÃO

Em síntese, a empresa impugnante, ELETRO ZAGONEL LTDA, insurge-se contra as seguintes especificações constantes nos anexos do edital, em especial ao item da Luminária: I) Da Exclusividade do LED HIGH POWER; II) Da Tensão de Operação; III) do Protetor de Surto – DPS e IV) Da Garantia das Luminárias.

Em seu primeiro tópico, solicitada a requerente que seja aceito luminárias com tecnologias que se utilizam de LED de todos os tipos sendo SMD e COB.

Em seu segundo tópico, solicita a requerente que seja procedida a retificação da tensão exigida, considerando as exigências da ANEL e o pleno atendimento por luminárias que possuem tensão de 100 a 250 Vac, a fim de que não haja VIOLAÇÃO dos Princípios basilares do Direito;

Em seu terceiro tópico, alega a requerente que esta exigência do Protetor de Surto não agrega funcionalidade substancial ao produto;

Em seu quarto tópico, a requerente solicita que a Garantia seja de 60 (sessenta) meses dos equipamentos.

Após farta argumentação, pede ao final, o acolhimento de sua impugnação com a finalidade de retificar o edital, alterando os descritivos dos equipamentos ofertado.

Senhor Superintendente, com todo o respeito aos argumentos expendidos pela empresa impugnante, entendo que suas razões não merecerem prosperar, face aos seguintes motivos:

1) Conforme manifestação da Gerência da Manutenção Eletromecânica foi escolhido a tecnologia SMD por apresentar vários benefícios, entre eles: *“Led de alta eficiência, Fluxo luminoso constante em toda faixa de tensão, Led com certificação, Expectativa de vida superior a 25.000 horas; Pode-se utilizar como sensor de presença pois permite um número altíssimo de acendimentos (> 1.000.000); Não desbota o ambiente e excelente gerenciamento térmico”*.

2) Sobre a Tensão de Operação, a Gerência Requisitante informa que manterá essa exigência em virtude de que atende a faixa de operação estabelecida pela ANEEL;

3) Sobre o Protetor de Surto DPS será mantido para garantia maior de proteção ao equipamento;

4) Sobre a garantia das luminárias ficará mantida a exigência de garantia de 3 (três) a 5 (cinco) anos, possibilitando a ampliação de participação de outros fabricantes..

Por todo o exposto, após análise da argumentação contida na impugnação oferecida pela empresa ELETRO ZAGONEL LTDA, recomendo a Vossa Senhoria conhecer a impugnação por ser tempestiva e no mérito negar seu acolhimento, mantendo-se inalterados os itens e condições do Edital nº 095/2020, do Pregão Presencial nº 083/2020.

Araraquara (SP), 02 de Dezembro de 2020



Denis Gonzales
Matrícula nº 1696
Pregoeiro



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2020
EDITAL Nº 095/2020
PROCESSO DAAE Nº 6.936 DE 23/10/2020

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para substituição da iluminação existente para o novo sistema de iluminação com tecnologia LED, nos próprios do DAAE localizados na área urbana e rural do município e Distrito de Bueno de Andrada, com o fornecimento de todo material, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: ELETRO ZAGONEL LTDA
CNPJ/MF nº 81.365.223/0001-54
BR 282 km 576 Distrito Industrial Pinhal Leste
CEP: 89.870-000 – Pinhalzinho/SC

DECISÃO

Conheço da impugnação do edital oferecida pela empresa ELETRO ZAGONEL LTDA por ser tempestiva, e no mérito nego-lhe provimento, conforme relatório do Pregoeiro, mantendo inalterados os demais itens e condições do Edital nº 095/2020, do Pregão Presencial nº 083/2020.

Araraquara (SP), 02 de Dezembro de 2.020



Donizete Simioni
Superintendente

